



Demandas e Perspectivas da juventude rural para ações de ATER no município de Floresta no sertão pernambucano

Demands and Perspectives of rural youth for actions of ATER in the municipality of Floresta in the sertão of Pernambuco

BEZERRA, Gustavo Jonnas Simões de Morais¹; OLIVEIRA, Lucia Marisy Souza Ribeiro de²; FREITAS, Helder Ribeiro³

¹ Universidade Federal do Vale do São Francisco (PPGExR/UNIVASF)/Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), gustavojonas@gmail.com; ² Universidade Federal do Vale do São Francisco (PPGADT e PPGExR/UNIVASF), lucia.oliveira@univasf.edu.br; ³ Universidade Federal do Vale do São Francisco (PPGADT e PPGExR/UNIVASF), helder.freitas@univasf.edu.br

Eixo temático: Juventudes e Agroecologia

Resumo: Os jovens rurais sempre foram público alvo das atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), embora observados apenas como sucessores agropecuários e considerados nas orientações prestadas ao responsável pela família. Diante disso, esse trabalho teve como objetivo identificar e analisar as demandas e perspectivas da juventude rural em relação às ações de ATER do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) no município de Floresta. O *locus* da pesquisa, caracterizada como qualitativa, consistiu em cinco comunidades atendidas pelo IPA. Como ferramentas metodológicas foram utilizadas: pesquisa bibliográfica; coleta de dados, através de entrevistas semiestruturadas com jovens de 18 a 29 anos; e sistematização dos dados obtidos. Por fim, foi possível entender que a ATER deveria deixar de considerar os jovens apenas como beneficiários. Instigando a participação juvenil desde a elaboração de políticas públicas, e valorizando-a como protagonista dos processos de desenvolvimento local.

Palavras-chave: Jovem rural; Extensão Rural; Políticas Públicas.

Keywords: Rural Youth; Rural Extension; Public policy.

Abstract: Rural young people have always been the target of Technical Assistance and Rural Extension (ATER) activities, although they are only observed as agricultural successors and considered in the guidelines given to the family leader. The objective of this study was to identify and analyze the demands and perspectives of rural youth in relation to ATER actions of the Agronomic Institute of Pernambuco (IPA) in the municipality of Floresta-PE. The research locus, characterized as qualitative, consisted of five communities served by the IPA. As methodological tools were used: bibliographic research; data collection through semi-structured interviews with young people aged 18 to 29 years; and systematization of the data obtained. Finally, it was possible to understand that ATER should no longer regard young people only as beneficiaries. Instigating the participation of the youth from the elaboration of public policies, and valuing it as protagonist of the processes of local development.

Introdução

A juventude rural sempre esteve presente nas diretrizes dos trabalhos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) (SILVA, 2011). Todavia, os jovens sempre foram observados apenas como responsáveis pela sucessão agropecuária



da propriedade rural. Ademais, na prática, as ações de ATER reservadas aos jovens rurais são escassas e geralmente consideradas nas orientações prestadas ao responsável pela família agricultora. No entanto, muitos jovens organizados em movimentos sociais ligados ao rural têm despertado para o direito à participação em diversos espaços de discussão, buscando um projeto de desenvolvimento mais justo, inclusivo e social e ambientalmente viável para o meio rural (CASTRO et al., 2017). Assim, esses autores apontam que a principal preocupação desses jovens está relacionada com a ausência de políticas públicas integradas que atendam às suas necessidades e que, de fato, promovam mudanças nos espaços rurais. Nessa perspectiva, surge como demanda, a construção de um projeto de desenvolvimento rural com garantias de acesso à terra, à educação do campo, à geração de renda e à Agroecologia, reconhecendo ainda, a juventude rural como sujeito de direito (CASTRO et al., 2017).

Levando em consideração o papel da ATER, entende-se que ela pode e deve apoiar os jovens rurais em seus anseios e perspectivas, a fim de auxiliar no desenvolvimento dos espaços rurais de forma sustentável. Diante disso, esse trabalho teve como objetivo identificar e analisar as demandas e perspectivas da juventude rural em relação às ações de ATER do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA) no município de Floresta-PE.

Metodologia

O município de Floresta-PE está localizado na Mesorregião do São Francisco Pernambucano, na Microrregião de Itaparica e na Região de Desenvolvimento do Sertão de Itaparica. Está situado a 433 km da capital pernambucana, perfazendo uma área de 3.644,2 Km². Segundo o Censo Demográfico de 2010, a população florestana (gentílico de Floresta-PE) é de 29.285 habitantes, dos quais 68,2% residem nas áreas do município consideradas oficialmente urbanas e o restante ocupa as áreas rurais (IBGE, 2010). A população jovem (faixa etária de 15 a 29 anos) é de 8.536 habitantes, e sua distribuição repete o que acontece com a população geral: a maior parte reside nas áreas urbanas (70,8%) (IBGE, 2010).

Para a definição do *locus* da pesquisa, caracterizada como qualitativa, foram consideradas cinco das comunidades selecionadas pelo IPA, órgão estatal responsável pelas ações de ATER, para atendimento, segundo o último Plano de Ação Municipal de Floresta-PE. Para delimitação da amostra e os atores que fariam parte dela, foi considerado o recorte de 18 a 29 anos, que está dentro da faixa etária considerada para classificar os indivíduos como jovens, pelo Estatuto da Juventude, instituído através da Lei nº 12.852/2013 (BRASIL, 2013).

No primeiro momento, foi realizada uma revisão bibliográfica em fontes secundárias, relativa aos temas norteadores do estudo. Em seguida, foi feita a análise documental e revisão bibliográfica em fontes primárias, por meio de relatórios e outros documentos do IPA. Na fase de campo, foram realizadas entrevistas



semiestruturadas, para coleta de dados. E por fim, os dados coletados foram comparados com o referencial teórico, e realizada a análise de conteúdo.

Resultados e Discussão

Foram realizadas 36 entrevistas com os jovens das comunidades Aticum, Cachoeirinha, Malhada Vermelha do Pajeú, Mari e Ponta da Serra. Com relação às demandas citadas na presente pesquisa pela juventude de Floresta, com exceção de uma jovem (que disse desconhecer e nunca ter ouvido falar sobre o órgão estatal de ATER), todos os outros concordam que o IPA deveria direcionar atividades especificamente para os jovens rurais. Algumas das sugestões propostas pelos jovens entrevistados foram: facilitar a obtenção de crédito; levar mais informações úteis aos jovens; oferecer capacitações em pecuária e agricultura; disponibilizar cursos de informática; envolver a juventude nos programas já executados pelo IPA, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); disponibilizar bolsas de estágio aos jovens estudantes; prestar orientações sobre agricultura orgânica; viabilizar a prática de esportes; e conceder oficinas e cursos de atividades não-agrícolas, como artesanato, corte e costura, pintura e desenho, dança, manicure, cabelereiro etc. (Figura 1).



Figura 1. Demanda dos jovens rurais entrevistados no município de Floresta-PE. O tamanho das palavras está relacionado à quantidade de vezes que elas foram citadas. Ao passo que, as cores das palavras indicam aquelas que tiveram o mesmo número de citações.

Fonte: Dados da pesquisa. Elaborado pelo autor (2019).

Sobre as atividades não-agrícolas, quando na entrevista foi exemplificado sobre outras possibilidades, que não aquelas voltadas à agropecuária, os jovens entrevistados relacionaram suas demandas ao artesanato, corte e costura, pintura e desenho, manicure e cabelereiro. Rameh (2009), em sua dissertação sobre as ações de ATER para o turismo rural pernambucano, discutiu que tanto os agentes de ATER, quanto as famílias agricultoras, devem participar de processos educativos



e tomar conhecimento das diversas possibilidades dentro das atividades não-agrícolas. Outrossim, nesta pesquisa com os jovens florestanos, foram citados projetos na área de informática e *internet*, além de práticas de dança e esportes. Nesse sentido, Silva (2011) aponta que a informática, o lazer e as atividades culturais, entre outras, constituem demandas e potencialidades específicas dos jovens, mesmo não sendo exclusivas.

O PAA foi citado como exemplo pelos entrevistados, no momento que demandaram maior participação dos jovens rurais nos programas já executados pelo IPA. Esse ponto convergiu com o pedido de reestruturação do PAA, contido na “Carta dos Movimentos do Campo sobre a Participação da Juventude no PAA” de setembro de 2013, que requeria a garantia de maior viabilidade ao trabalho e de maior incidência dos jovens na produção e comercialização familiar camponesa (CASTRO et al., 2017).

Algumas demandas que chamaram atenção parecem estar inter-relacionadas: “ouvir mais os jovens”; “conversar com os jovens”; “motivar a participação dos jovens na associação comunitária”; e “fazer dinâmicas para despertar o interesse dos jovens nas reuniões”. Nesse sentido, Silva (2011) argumenta que a participação juvenil adquire importância em vários processos, pelo fato da juventude compreender um período de grande inquietude e vontade de transformar determinada realidade. Devendo, portanto, ser estimulada e dispensar a relevância devida.

Outra preocupação constante entre os jovens entrevistados é a promoção de ações e atividades que gerem renda. Uma vez que, o motivo mais comum de muitos jovens deixarem a zona rural é a busca pela autonomia financeira.

A respeito da educação, alguns jovens almejam cursos superiores e outros, cursos técnicos. Mas, todos enxergam melhores perspectivas de futuro mediante a continuidade dos estudos. Como pode ser notado na fala de uma das jovens, que hoje gostaria de trabalhar, “por enquanto eu me decida a estudar mais, pra ‘mim’ ter um futuro muito melhor” (informação verbal, 2019). Sobre as perspectivas da juventude, Tavares (2009) comenta em sua pesquisa, a partir de depoimentos de jovens, sobre a dificuldade de se planejar o futuro, vivendo num momento de incertezas que caracteriza a juventude, onde se faz necessário pensar no presente, a fim de garantir a vida cotidiana.

Conclusões

No caminho percorrido até aqui, foi possível entender que as políticas públicas, mais especificamente as de Extensão Rural, deveriam deixar de considerar os jovens apenas como seus beneficiários. A participação da juventude deve ser instigada em vários espaços, inclusive na elaboração das políticas públicas voltadas para ela, a fim de valorizá-la como protagonista dos processos de desenvolvimento local.



Talvez, a solução para uma ATER mais próxima aos jovens, seria ouvir o que a juventude rural tem a dizer, em termos de propostas, anseios e demandas, tanto sobre as atividades agrícolas, quanto as não-agrícolas. Para tal, a utilização de metodologias participativas, que estimulassem a participação dos jovens em momentos de escuta e de elaboração de propostas, constituiria um guia para as ações do IPA junto a esses jovens. Lembrando sempre, que o jovem deve ser considerado em toda sua diversidade.

Referências bibliográficas

BRASIL. Lei Nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, ano 150, n. 150, 6 ago. 2013. Seção 1, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm. Acesso em: 30 jun. 2019.

CASTRO, E. G. de. et al. Juventude e agroecologia: a construção de uma agenda política e a experiência do Planapo. In: SAMBUICHI, R. H. R. et al. (Org.). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: Ipea, 2017, p. 295-323.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. [s. l.]: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=29&uf=26>. Acesso em: 30 jun. 2019.

RAMEH, L. M. **Extensão rural e desenvolvimento local**: análise das ações da política nacional de assistência técnica e extensão rural para o turismo rural em Pernambuco. 2009. 124 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/6091>. Acesso em: 30 jun. 2019.

SILVA, Y. V. da. **Juventude rural e políticas de extensão rural do Instituto Agrônomo de Pernambuco**. 2011. 92 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/6117>. Acesso em: 30 jun. 2019.

TAVARES, M. A. **Caminhos cruzados, trajetórias entrelaçadas**: vida social de jovens entre o campo e a cidade no Sertão de Pernambuco. 2009. 350 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9387>. Acesso em: 30 jun. 2019.